

REORDENAMENTO DAS ESCOLAS SOB OS PRINCÍPIOS DA RACIONALIDADE TÉCNICA: EFEITOS E REFLEXÕES

Erineuda do Amaral Soares

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Ceará- Brasil

erineuda.soares@aluno.uece.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é um recorte dos resultados de uma pesquisa de doutorado cujo objetivo principal é analisar a política de reordenamento da Rede Municipal de Fortaleza (RMF) e suas implicações no trabalho dos gestores, considerando as demandas de melhoria dos resultados das avaliações em larga escala.

O estudo foi realizado no período de 2019 – 2021, possui uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como um estudo de casos múltiplos (YIN, 2002). Tendo como marco referencial o Ciclo de Políticas (BALL; MAINARDES, 2011), foram realizadas pesquisas documental e de campo, com entrevistas semiestruturadas junto a 21 sujeitos e análise de indicadores e resultados nas avaliações em larga escala.

O contexto da prática escolhido corresponde a seis escolas públicas municipais localizadas em dois distritos educacionais distintos na cidade de Fortaleza que é a capital do estado do Ceará, localizado no Nordeste do Brasil. Nas escolas, foram entrevistados seis diretores, seis coordenadores pedagógicos e seis professores; e como representantes dos gestores educacionais foram ouvidos dois coordenadores de distritos e a secretária de educação. Fortaleza, atualmente, é responsável por 573 escolas municipais que se organizam em seis distritos educacionais que abrangem 121 bairros. São 276 escolas com oferta de educação em tempo parcial, entre elas, 96 atendem os anos iniciais e finais do ensino fundamental, 133 ofertam apenas os anos iniciais, e 47 apenas oferecem os anos finais.

A amostra foi intencional e escolhida, no caso dos diretores, coordenadores pedagógicos e de distritos, a partir do tempo no cargo de gestão escolar; quanto aos professores, foram selecionados considerando-se o fato de terem vivenciado o processo de reordenamento pelo qual passou a escola. Para dar suporte às análises das entrevistas, optou-se pela Análise de Discurso Crítica proposta por Fairclough (2001). Para a coleta de dados, as perguntas foram

divididas em quatro eixos: a) reordenamento como processo contínuo e complexo – implementação; b) reordenamento para garantia dos direitos; c) reordenamento como gestão; e d) reordenamento como racionalidade técnica/especialização das escolas.

Neste trabalho, são expostos os resultados dos dois últimos eixos, cujas indagações consistiam em: 1) a especialização das escolas contribuiu para a melhoria dos processos de gestão escolar?; 2) processo de reordenamento de escolas afetou a educação do município do ponto de vista de (a): infraestrutura, administrativo, pedagógico, financeiro e/ou transporte escolar?; 3) o reordenamento das escolas contribuiu de alguma forma para os resultados obtidos nas avaliações em larga escala?; e 4) reordenamento das escolas apresenta possibilidades concretas de influenciar na melhoria da qualidade da educação?

Para Lima (1994) o racionalismo é introduzido nas organizações educativas para assegurar a modernização nessas instituições. Essa modernização traz consigo como significado, por exemplo, a eficiência, o alcance de solução certa, a otimização, a relação favorável custo/benefício, o rendimento, a produtividade, a gestão e organização do trabalho

Hodiernamente, a busca pela eficácia, eficiência e alcance de metas em matéria de educação têm levado estados e municípios a implementarem políticas educacionais que atendam essas expectativas por meio de modelos visando a gestão por/para resultados. Esses modelos se consolidam como novos arranjos educacionais e estabelecem parâmetros para modernização da gestão educacional, dentre eles o reordenamento das escolas, que, vem sendo implementado e aprimorado para racionalizar os recursos (VIDAL; SOARES, 2022) e, ao mesmo tempo, melhorar os índices educacionais e os resultados nas avaliações em larga escala.

Neste trabalho manteve-se um olhar especial para o modelo de reordenamento da rede física escolar que consiste na especialização das escolas sob os princípios da racionalidade técnica. Pretende-se contribuir para uma reflexão teórico-metodológica sobre a interrelação entre o reordenamento das escolas e seus efeitos no sistema municipal de ensino, especialmente, para os atores educacionais que estão na ponta desse sistema.

2 REORDENAMENTO DAS ESCOLAS E PROCESSO DE GESTÃO

Orientando-se pelos princípios preconizados nas políticas neoliberais, especialmente a racionalidade técnica, o Estado do Ceará e o município de Fortaleza implementaram políticas educacionais descentralizadoras que levaram as escolas públicas de Fortaleza a passarem por três momentos de reordenamento da rede física. Até 2012, houve o reordenamento decretado e o de conciliação (CORDEIRO; MARTINS, 2012) por meio da municipalização do ensino. A

partir de 2013, emerge o terceiro modelo de reordenamento que segue a lógica da racionalidade técnica com a especialização das escolas e do ensino ofertado. Nesse modelo, a escola passa a oferecer somente os anos iniciais ou finais do ensino fundamental.

Em resposta às duas primeiras perguntas, constatou-se que, inicialmente, o reordenamento com vista à especialização das escolas permitiu a adequação dos alunos às estruturas da escola (e não ao contrário) de modo a atender à especialização dessas instituições sem a necessidade de se construir novos prédios. Porém, posteriormente, foi preciso adequar essa estrutura ao público recebido, o que levou o município a ter despesas, embora em menores proporções. Contudo, como se deu sob um forte processo de desterritorialização-reterritorialização, ou seja, mobilidade espacial dos estudantes para outras escolas, gerou aumento na quantidade de transporte escolar de modo a provocar ônus aos cofres público (VIDAL; SOARES, 2022).

No que diz respeito à gestão administrativa e pedagógica, o reordenamento das escolas passou a ser a decisão mais acertada, pois, ao fragmentar a oferta do ensino foi possibilitado ao diretor gerir a produção da escola e conseguir melhorar os resultados nas avaliações educacionais. E, mesmo apontadas algumas fragilidades de sua implementação como uma política verticalizada do Estado e desterritorialização compulsória, a maioria dos entrevistados acredita que há forte relação entre a melhora dos seus trabalhos e o reordenamento das escolas. Referente à qualidade da educação e reordenamento das escolas, constatou-se paradoxos dessa política, que contradizem e coexistem em vários níveis dos discursos e “põem em xeque” o sentido de qualidade do ensino, os elementos que estão envolvidos no processo de aprendizagem e qual o lugar dos valores morais e éticos nessa aprendizagem.

De acordo com os respondentes, o reordenamento das escolas permite aos gestores escolares organizarem um modelo de ensino que é direcionado à aprendizagem para os resultados e, por isso, tem melhorado os indicadores das escolas nas avaliações em larga escala. No entanto, três dos sujeitos pesquisados divergem que o reordenamento das escolas contribuiu para a qualidade da educação. Para eles, há uma melhora nos resultados das avaliações em larga escala, porém atribuem, à qualidade da educação, uma abrangência maior que envolve valores, afetividade e formação de caráter, e, segundo seus discursos, a escola só consegue trabalhar esses atributos abrangendo todo o ensino fundamental.

Isso posto, abre-se espaço para reflexão sobre até que ponto a ênfase das intervenções na aprendizagem do aluno se assemelha ao que Ball, Maguire e Braun (2016) chamam de ‘ensino estratégico’ e ‘aprendizagem estratégica’, tendo pouco espaço para uma ‘aprendizagem

profunda’. Ou seja, o ensino e a aprendizagem são fortemente influenciados pelas exigências dos resultados das avaliações numa construção de conhecimento de curto prazo e ‘aprendizagem de superfície’.

CONCLUSÕES

Depreendeu-se que o terceiro modelo de reordenamento da rede municipal de Fortaleza busca ofertar um ensino de melhor qualidade, aperfeiçoar a gestão dos processos educativos e os resultados nas avaliações em larga escala. No entanto, uma questão importante que merece atenção e estudos aprofundados é se há de fato relação entre o reordenamento das escolas e um ‘ensino estratégico’ e ‘aprendizagem estratégica’ com vista aos resultados das avaliações, uma vez que a escola reordenada dos anos iniciais não se responsabiliza pelo resultado final do seu aluno.

Conclui-se que há necessidade de aprofundar as pesquisas e reflexões sobre a interrelação entre qualidade da educação e reordenamento das escolas visto que não houve um consenso entre os entrevistados.

REFERÊNCIAS

- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.
- BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.
- CORDEIRO, A. M. Rochette; MARTINS, Helena Arcaño. A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, FLUC, n. 30/31, p. 339-356, 2012. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo32/Eixo3_6. Acesso em: 15 jun. 2019.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- LIMA, L. C. Modernização, racionalização e otimização: perspectivas neo-taylorianas na organização e administração da educação. **Cadernos de Ciências Sociais**, [S. l.], n.14, p. 119-139, 1994.
- VIDAL, Eloisa Maia; SOARES, Erineuda do Amaral. O reordenamento da rede escolar de Fortaleza no período pós-LDB. **Educação Unisinos**, [S. l.], v. 26, 2022. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/21808/60748936>. Acesso em: 27 dez. 2021.
- YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

